

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: OS LIMITES DA DISCRICIONARIEDADE E DA OBRIGATORIEDADE

Lucas Alessandro Silva¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise sobre a proposta do conceito de Conteúdos Estruturantes, disposto nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná. Parte-se das múltiplas concepções de temas, conteúdos, metodologias, dispostos em outros documentos educacionais, e em reflexões sociológicas relacionadas à prática docente e ao ensino de sociologia na educação básica. Estabelece-se também, uma relação direta com as experiências formativas vivenciadas no período de estágio no Colégio Estadual José Aloísio Aragão – Londrina/Paraná em 2011, e na própria graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Dessa forma, este artigo busca ampliar uma discussão com embasamento sociológico, a respeito do sistema educacional brasileiro em função de um dos temas considerados relevantes para a prática docente de sociologia na educação básica: a delimitação de conteúdos estruturantes.

PALAVRAS-CHAVE: Conteúdos estruturantes; Documentos educacionais; Ensino de Sociologia.

“A sociologia é fruto de seu tempo”²! Esta máxima utilizada no documento *Diretrizes Curriculares de Educação Básica – Paraná* (2008) para afirmar o surgimento da sociologia em meados do século XIX na Europa como conseqüência das transformações ocorridas em tal período, se faz também pontual na conceituação de Sociologia em qualquer momento analisado, tendo em vista que esta é matéria de constante adaptação temporal, cujas transformações sempre a modificam e a tornam um fruto próprio de seu tempo.

Portanto, nos cabe desde já, expressar a função da sociologia, não somente enquanto disciplina curricular, mas ultrapassar esta barreira e compreendê-la em sua função de capacitar o aluno ao pensamento sociológico, despertando-o para interpretação de seu meio social.

Nesse sentido, Florestan Fernandes afirma que

¹ Graduando de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: lucas_ales@hotmail.com.

² PARANÁ, *Diretrizes Curriculares da Educação Básica*. Sociologia. Governo do Paraná. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica, 2008.

“O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social”. (FERNANDES, 1977, p. 106).

Partindo-se desta premissa de que a Sociologia é matéria determinada por processos em constante transformação, a disciplina de Sociologia no ensino médio brasileiro, de forma específica, submete-se as mesmas condições, não sendo, portanto, mera provedora de mais um tópico curricular, mas sim de um instrumento na formação pessoal, social, e intelectual, dos alunos.

Este processo em constante transformação é observado nas diferentes proposições sobre metodologias de ensino, constantes adaptações ou inovações no tocante a temas e conteúdos estruturantes.

Assim, tomando por objeto os conteúdos estruturantes da disciplina, este artigo busca compreender a relação existente entre a delimitação dos conteúdos estruturantes em função do constante processo de transformação sobre o qual a disciplina está fundada, em vistas a proporcionar uma discussão ao seguinte questionamento: Quais os limites da proposição de conteúdos estruturantes de sociologia? A discricionarietà dos professores e a obrigatoriedade de documentos curriculares?

Tal questionamento surge da compreensão fática que os principais documentos curriculares específicos da disciplina de Sociologia no Paraná, são eles Diretrizes Curriculares da Educação Básica e Orientações Curriculares para o Ensino Médio, não impõem quais são os conteúdos estruturantes da Sociologia, mas de forma geral, realizam *sugestões* e direcionamentos sobre quais poderiam ser, deixando, portanto, um espaço para que o próprio professor possa preenchê-lo segundo a realidade de cada turma, escola, bairro, enfim, da realidade social como um todo.

Ileizi Luciana Fiorelli Silva em *Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa de Sociologia*, define conteúdos estruturantes enquanto

saberes que identificam o campo de estudos de uma disciplina e que, a partir de seus desdobramentos em conteúdos pontuais, garantem a abordagem de seu objeto de estudo/ensino, em sua totalidade e complexidade. Estes saberes surgiram e foram delimitando o campo de estudos das disciplinas ao longo da constituição histórica das mesmas. (SILVA, 2009. p.22)

Cabe assim, apresentar as diferentes proposições sobre o conceito de conteúdos estruturantes, em razão do qual seguem os itens a seguir. Em primeiro lugar compete apresentar a disposição de tal assunto nos documentos incidentes no ensino de sociologia no Paraná.

Em nível nacional as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, documento proposto pelo Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica (Departamento de Políticas de Ensino Médio) em meados de 2006, possui valor informativo a respeito do processo pedagógico para o âmbito nacional e função de dar um direcionamento para o ensino das diversas disciplinas do Ensino Médio.

Por não se tratar de um documento composto de regras, mas apenas de *orientações*, não se encontra quais conteúdos/autores/métodos específicos a serem trabalhados, entretanto propõe certo referencial de ensino considerando temas, conceitos e teorias a serem abordados em sala de aula. Dentre os quais, apresenta a necessidade de se trabalhar os *Clássicos* – Durkheim, Marx e Weber, a *globalização*, a *violência simbólica*, etc.

No entanto, esta proposição apenas referencial de temas, conceitos e teorias é resposta a dificuldade própria da ciência/sociologia, um tanto compreensível, na determinação de conteúdos unânimes e específicos para o ensino.

Já em nível estadual, consideramos as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, criadas pelo Governo do Paraná – Secretaria de Estado da Educação (Superintendência da Educação) no ano de 2008 com intuito de promover um regimento sobre o processo educacional para o Estado do Paraná.

Neste documento, há uma determinação a respeito das “fundamentações teórico-metodológicas” (PARANÁ, 2008), como destaca, no qual se tem uma construção de conteúdos que se dá através da reflexão de pensadores clássicos da Sociologia. Assim, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, são componentes da base do estudo da Sociologia, porém, ao seu lado são colocados outros elementos constituintes, dentre eles as teorias metodológicas daqueles que participaram do processo de formação da Sociologia, como as fundamentações de Bourdieu, Parsons, Luhmann, Mauss, Lévi-Strauss, Simmel, dentre tantos outros. Além de manter seus tópicos de estudos de poder; política; cultura; trabalho; ideologia; classes sociais; Estado; produção; movimentos sociais; e diversos outros.

Da mesma forma destaca também o tópico específico de *Conteúdos Estruturantes*, no qual apresenta que estes

não se confundem com listas de temas e conceitos encadeados de forma rígida, mas constituem apoios conceituais, históricos e contextualizados, que norteiam professores e alunos – sujeitos da educação escolar e da prática social – na seleção, organização e problematização dos conteúdos específicos relacionados a necessidades locais e coletivas.(PARANÁ, 2008. p.73)

Portanto, complementa o conceito disposto pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, ao passo que, os temas, conceito e teorias passam a constituir algo superior, fundamentado em seu sentido auxiliar na prática docente e não enquanto determinações impostas.

Há também de se considerar outros dois documentos sobre os conteúdos sociológicos, no entanto, específicos e diferentes a cada escola e a cada professor: os Projetos Político Pedagógicos e os Planos de Trabalho Docente.

O Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar tem por objetivo “buscar uma direção para todo o processo educativo e sendo uma ação intencional com sentido explícito e compromisso definido coletivamente”³ – como se encontra no projeto político pedagógico do Colégio Estadual José Aloísio Aragão, Londrina/PR, o qual será utilizado neste artigo – e é considerado não apenas como uma mera base normativa para a instituição, mas também é referência para a construção do plano de trabalho docente de cada professor.

A respeito da disciplina de Sociologia, este projeto pedagógico afirma estar em confluência com o proposto pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, o que se observa no fato de seu conteúdo principal a cerca das metodologias e dos conteúdos estruturantes, sempre se referir aos dispositivos das diretrizes.

Neste sentido temos que seus conteúdos também contemplam teorias sobre: poder, política, ideologia, trabalho, produção, classes sociais, cultura, indústria cultural, processo de institucionalização e instituições sociais, direito, cidadania e movimentos sociais.

A relação que o projeto político pedagógico do Colégio Aplicação estabelece para com o referido documento das diretrizes revela que independente da falta de um documento que legitime conteúdos estruturantes ou questões metodológicas para a sociologia em nível nacional – não enquanto apenas orientações, mas já como determinações ou fundamentos – faz com que as Diretrizes Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio do Paraná assumam tal papel e constitua a base de norteamto para a disciplina.

³ Retirado de: COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALOÍSIO ARAGÃO. *Projeto político pedagógico*. Paraná.

Destaco também a relevância do Plano de Trabalho Docente, documento realizado pelo professor enquanto projeto didático/programa de aprendizagem relativo à disciplina, curso, série e turma que leciona. Neste sentido, este projeto visa estabelecer os parâmetros em que o professor atuará sob a estrutura disposta no Projeto Político Pedagógico, que por consequência, como se observa neste caso, disposta também nas Diretrizes Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio do Paraná.

De acordo com o Departamento de Educação Básica (DEB), a respeito do plano de trabalho docente, este é, “portanto, o *currículo em ação*. Nele estará a expressão singular e de autoria, de cada professor, da concepção curricular construída nas discussões coletivas.”⁴(PARANÁ, 2008. p.106)

Tendo em vista que o plano de trabalho docente é documento de ordem prática, sua estrutura se faz com organização didática e busca ao máximo compreender todos os conteúdos a serem lecionados.

Tomando como objeto o plano de trabalho docente da professora Cristiane Thaís Quinteiro⁵, podemos observar que uma delimitação de conteúdos a serem lecionados segue, em via de regra, uma lógica presente nos documentos já citados. Isso por que, o professor deve trabalhar com uma gama de fatores, tais como os temas indicados pelas Orientações Curriculares estaduais, os conteúdos das Diretrizes Curriculares, as proposições do Projeto político pedagógico e com os diversos temas e conteúdos que se fazem relevantes, mas que não foram ainda delimitados por tais documentos.

Nesse sentido, o plano de trabalho apresentado pela professora para o ano de 2010, apresentava uma divisão ainda não contemplada pelas Orientações Curriculares Nacionais (2006), na qual se estabelecem: Conteúdos Estruturantes; Conteúdos Básicos; Conteúdos Específicos. Ou seja, fica proposto o estudo dos conteúdos da disciplina em uma didática que toma um tema e o subdivide em vários tópicos menores para facilitar seu estudo. A exemplo deste citamos a especificação proposta para o seguinte conteúdo estruturante: “Processo de Socialização e Instituições Sociais” que se subdivide em conteúdos básicos: 1- Processo de Socialização; 2- Instituições Sociais; 3- A Instituição Familiar; 4- Instituição Religiosa; 5- Instituição Escolar; 6-

⁴ Retirado do anexo do documento Diretrizes Curriculares da Educação Básica, no qual se tem os Conteúdos Básicos da Disciplina de Sociologia.

⁵ Professora de Sociologia no Colégio Estadual José Aloísio Aragão/ Colégio de Aplicação – Londrina/PR, no segundo semestre de 2010, período referente a realização do Estágio Supervisionado I do 6º período de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina..

Instituição de reinserção social. Sendo que dentro de cada conteúdo básico existem ainda conteúdos específicos, por exemplo, para o conteúdo básico: Instituição familiar; os conteúdos específicos são, dentre outros: 1-Tipos de organização familiar: nuclear, extensa, monoparentais; 2-Tipos de casamento: monogâmico, poligâmicos; 3- O tabu do incesto; etc.

Enfim, esta divisão de temas não está prevista em nenhum dos documentos até então apresentados, os quais apresentam apenas conteúdos, métodos, teorias.

Contudo, deve-se destacar que, o já citado Departamento de Educação Básica do Paraná, apresenta também uma determinação sobre os Conteúdos Básicos, presente nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica. De acordo com a mesma, tais conteúdos foram sistematizados a partir de discussões estabelecidas com professores do Estado do Paraná.

Sua proposição é de que os conteúdos básicos reúnem conhecimentos fundamentais na formação dos estudantes, de forma a ser um direito deste possuir acesso ao conteúdos básicos em seu período de formação escolar.

O documento afirma ainda, que

os conteúdos básicos apresentados devem ser tomados como ponto de partida para a organização da proposta pedagógica curricular das escolas. Por serem conhecimentos fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém, o professor poderá acrescentar outros conteúdos básicos na proposta pedagógica, de modo a enriquecer o trabalho de sua disciplina naquilo que a constitui como conhecimento especializado e sistematizado. (PARANÁ, 2008. p.106)

Dessa forma tem-se que os conteúdos estabelecidos pelo referido documento possuem um caráter de obrigatoriedade de ensino, visto que são propostos como fundamentais na formação escolar, deixando claro um espaço para que o professor possa inferir na disposição de outros conteúdos, bem como de contextualizar tais conteúdos segundo a realidade dos alunos, seja externa ou interna à escola.

Não podemos deixar de citar a importância que os livros didáticos possuem na escolha dos temas a serem trabalhados em sala de aula.

Simone Meucci (2007), em *Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: Os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas*, ao realizar um breve histórico sobre a institucionalização da sociologia enquanto disciplina no Brasil, faz um importante trabalho a respeito da produção de materiais didáticos de sociologia desde a primeira institucionalização da disciplina em 1925 até o ano de 1942.

Um dos fatos que deve ser ressaltado na obra de Meucci é o que a mesma estabelece quanto ao ingresso da sociologia nas escolas:

É curioso notar como, no Brasil, o ingresso da sociologia nas escolas de nível secundário precedeu a sua introdução na Universidade. Tal fenômeno certamente teve implicações que não foram ainda avaliadas nos estudos sobre a institucionalização da sociologia no Brasil. Exploraremos um pouco dos efeitos desta precedência nos manuais de sociologia produzidos nos anos 30. Rigorosamente, estes livros didáticos foram elaborados sem que houvessem ainda portadores especializados no conhecimento sociológico. Os compêndios elaborados nos anos 30 nos revelam, afinal, as condições – de certo modo dramáticas – de sistematização de uma ciência nova. (MEUCCI,2007.p.34)

É possível, portanto, perceber que a institucionalização da sociologia nas escolas antecedeu sua introdução na Universidade, de forma que, a falta de profissionais capacitados e especializados no conhecimento sociológico, fazia com que os conhecimentos sociológicos determinados pelos livros didáticos e lecionados em sala de aula partissem de profissionais de diversas áreas, como direito, economia, história etc, e conseqüentemente, muitas vezes a formação deste docente acaba inferindo nos conteúdos, podendo divergir com os conteúdos sociológicos.

Contudo, atualmente a sociologia está presente tanto nas Universidades quanto nas escolas, e o desenvolvimento de profissionais portadores de conhecimento sociológico é muito maior, de forma que, até mesmo o processo que antes fazia com que a sociologia fosse produzida nas escolas e depois levada à universidade, hoje se dá de forma oposta, tendo seus principais pressupostos teórico-metodológicos produzidos na universidade ou por profissionais do ramo.

A importância de ressaltar este trabalho da professora Simone Meucci está no fato de que, os livros didáticos hoje, ainda partem dos mesmos princípios dos anos 1930, de objetivarem um instrumento prático tanto aos professores quanto alunos, porém, os livros atuais tem por dever apresentarem-se de forma mais estruturada e especializada, em vista de que inúmeras foram as conquistas da Sociologia no Brasil desde então, por exemplo, a alteração do dispositivo do inciso IV⁶ do artigo 36 da Lei nº 9.394/96, LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 2008, que torna obrigatório o ensino de Sociologia em todas as séries do ensino médio de todo território nacional.

Dessa forma, se estabelece uma análise sobre dois livros, dentre outros, de grande relevância para este trabalho. O primeiro deles é *Livro didático público*, elaborado pela Secretaria

⁶Lei nº 9.394, art.36, IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

de Estado da Educação e em segundo o livro *Sociologia para o Ensino Médio*, escrito pelo professor Nelson Dacio Tomazi.

A importância em destacar tais livros está em poder observar como dois instrumentos de utilidade ao professor abordam os temas de sociologia, e até mesmo questionar os limites abordados por estes em razão dos documentos até então apresentados.

O livro didático público se apresenta, praticamente como uma reformulação das propostas dos Conteúdos Básicos, presentes nas Diretrizes Curriculares do Paraná. É possível observar que a maioria de seus tópicos são consonantes com o documento. Independente da forma como tais conteúdos são abordados pelo livro, vale destacar que este busca abranger a maioria das determinações das Diretrizes de forma a satisfazer o mínimo desejado por esta, deixando de explorar outros possíveis temas.

Já o livro de Nelson Tomazi, não possui a mesma estrutura que o livro didático do estado, a exemplo que prefere nem mesmo utilizar o termo *conteúdos estruturantes*⁷ das diretrizes, como faz aquele. Aborda também, de forma muito mais ampla cada um dos *conteúdos básicos*, sendo um referencial a respeito de vários temas, superando até certo ponto o livro didático público.

Portanto, é imprescindível neste ponto determinar que a obrigatoriedade de ensino de determinados conteúdos é indispensável, porém deve esta atuar sempre de forma superficial sobre o todo da Sociologia, sem almejar sobrepor-se a todas realidades escolares, pelo contrário, deve buscar agir paralelamente a tais realidades se inserindo sempre que necessário.

Ao contrário do sentido em que foram elaboradas as Diretrizes Curriculares do Paraná, por meio de debates e contatos com professores de sociologia da rede estadual, buscando propor da melhor forma possível as linhas gerais do ensino neste, há de se destacar que é fato que uma mera delimitação de conteúdos estruturantes de sociologia que compreenda todos os conteúdos da disciplina e de forma específica, possibilitaria uma simplificação e um auxílio na prática docente, fato este, contudo, que poderia excluir a autonomia do professor, tornando-o condicionado aos pressupostos da disciplina, sendo um mero transmissor de conhecimento.

No entanto, desta forma desconsiderar-se-ia que as suscetíveis mudanças sociais, as quais os alunos, bem como a escola e a sociedade em si estão diretamente ligados, venham a constituir matéria de estudo, bem como, também seria desconsiderado que o professor de sociologia deve estar sempre realizando uma ponte entre tais fatos e a disciplina em sala de aula.

⁷ O termo faz clara alusão a ideia de conteúdos estruturantes proposto pelas Diretrizes Curriculares.

Nesse sentido, chega-se a compreender em que bases os conteúdos estruturantes de Sociologia são dispostos. A relação de interação entre todos os documentos apresentados destaca que as proposições articuladas a respeito dos conteúdos estruturantes direcionam ao posicionamento de que os temas trabalhados em sala de aula devem se relacionar tanto com os conteúdos mínimos, disciplinados nos documentos educacionais, como para com os problemas que os alunos vivenciam, dentro ou fora da sala de aula, e, também, com as transformações propostas para o ensino de Sociologia, seja em correntes ou projetos.

Dessa forma, cabe ao professor ser o mediador entre as diferentes interações em que se estabelecem a disciplina, cabendo a ele dialogar entre as proposições dos documentos, resoluções ou determinações e a realidade dos alunos.

Neste contexto a sociologia deve sempre se apresentar como uma disciplina que proporcione aos estudantes a construção do pensamento sociológico e a promoção da cidadania, e para tanto, se faz necessário que esta seja sempre transformadora e atualizada.

Ressalto a afirmação de Paulo Meksenas a respeito do posicionamento dos professores das últimas décadas:

Quanto à forma com que o curso vem sendo ministrado nesses últimos anos, parece que os professores, em sua quase totalidade, pretendem desenvolver a disciplina de modo a propiciar uma leitura crítica da vida social. Por isso e para isso, ressaltam a importância de partir da realidade e dos interesses vividos pelos alunos. (MEKSENAS, 1995. p.70)

Assim, o posicionamento dos professores, referente à sua prática docente, como expõe Meksenas, deixa expressa a ideia de uma educação que valorize e parta da realidade e da vida dos alunos, de modo que a partir da construção destes de um pensamento sociológico, poderão passar a interpretar o meio em que vivem e assim buscar concretizar seu papel de cidadania.

É viável então, refazer neste momento o questionamento proposto no início do trabalho: Quais os limites da proposição de conteúdos estruturantes de sociologia, a discricionariedade dos professores ou a obrigatoriedade de documentos curriculares?

Em vistas do que foi apresentado, se faz possível estabelecer uma relação direta entre os documentos sobre ensino de sociologia e as condições sob as quais os conteúdos estruturantes são propostos.

Não é possível, portanto, fugir de certa obrigatoriedade imposta ao professor a respeito de alguns temas a serem lecionados, sejam entendidos por básicos, fundamentais ou específicos, ou

ainda estruturantes, no entanto, coexiste também a arbitrariedade, ou discricionariedade, do professor sobre a determinação dos temas quando este objetivar uma melhor relação entre os conteúdos propostos e a realidade fática dos alunos, ou seja, partindo do pressuposto de que a realidade de cada sala de aula possui necessidades e características próprias, que fazem com que determinados temas possuam maior importância, ou que temas não apresentados ou discutidos por documentos e resoluções venham, ainda assim, a constituir matéria de sociologia. Como exemplo destas matérias, vemos a crescente importância que temas como o *Bullying* vem desempenhando e cuja necessidade de discussão em sala pode torná-lo até mesmo um tema apresentado por um plano de trabalho docente, um projeto político pedagógico ou até mesmo um documento de maior amplitude.

Devemos assim considerar, que cabe ao professor delimitar seu posicionamento em sala de aula, limitado, claramente, pelos pressupostos de sua profissão, porém, posicionando-se de forma a atuar muitas vezes apenas na sombra da obrigatoriedade a ele imposta, ou explorando sua discricionariedade de conhecer e aprofundar-se na realidade de sua turma.

Dessa forma, contanto que o professor objetive um verdadeiro processo de formação dos alunos, fundamentado na transformação social da realidade destes e no desenvolvimento da cidadania, ele conseguirá compreender, junto com o coletivo da escola, quando se dá a necessidade de trabalhar tanto os conteúdos obrigatórios, quanto os discricionários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Mec. Secretaria Da Educação Básica.(2006) *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Ciências Humanas E Suas Tecnologias. Conhecimentos De Sociologia.

BRASIL. (1996). Presidência da República. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALOÍSIO ARAGÃO. *Projeto político pedagógico*. Paraná.

FERNANDES, Florestan. (1977) *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

MEKSENAS, Paulo. (1995) *O ensino da Sociologia na escola secundária*. (in) *Leituras e imagens*. Florianópolis/SC, UDESC/FAED, jun. p.67-79.

MEUCCI, Simone. (2007) *Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas*. Londrina: Revista Mediações (UEL), v. 12, n. 1, p. 31-66, jan/jun.

PARANÁ. (2008) *Diretrizes curriculares da educação básica: Sociologia*. Governo do Paraná. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica.

QUINTEIRO, Cristiane Thaís. (2010) *Plano de trabalho docente. Disciplina de Sociologia: Colégio Estadual José Aloísio Aragão*. Ensino Médio. Paraná.

SILVA, Ileizi Fiorelli (org.). (2009) *Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa de Sociologia*. Londrina: SETI-PR.

SOCIOLOGIA/Vários Autores. (2006) *Livro didático público do Paraná*. Curitiba: SEED-PR.

TOMAZI, Nelson Dacio. (2010) *Sociologia para o Ensino Médio*. 2.Ed., São Paulo: Ed. Saraiva.